

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website : www.africa-union.org

**COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES
DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO
22 – 23 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia**

EX.CL/300 (X)

**RELATÓRIO SOBRE OS RESULTADOS DA REUNIÃO DE PERITOS
GOVERNAMENTAIS SOBRE O ALERTA PRÉVIO E A PREVENÇÃO DE
CONFLITOS, REALIZADA EM KEMPTON PARK, ÁFRICA DO SUL , DE
17 A 19 DE DEZEMBRO DE 2006**

**RELATÓRIO SOBRE OS RESULTADOS DA REUNIÃO DE PERITOS
GOVERNAMENTAIS SOBRE O ALERTA PRÉVIO E A PREVENÇÃO DE
CONFLITOS, REALIZADA EM KEMPTON PARK, ÁFRICA DO SUL , DE 17 A 19 DE
DEZEMBRO DE 2006**

1. Um dos objectivos primordiais da União Africana (UA) é a promoção da paz, segurança e estabilidade no Continente, tal como estipulado no Artigo 3º (f) do Acto Constitutivo da UA. Para reforçar a capacidade da UA na prevenção, gestão e resolução de conflitos, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adoptaram em Julho de 2002, em Durban, África do Sul, o Protocolo relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS), que entrou em vigor em Dezembro de 2003. O Protocolo, no seu Artigo 2 (1), define o CPS como sendo “um arranjo colectivo de segurança e de alerta prévio para facilitar a resposta atempada e eficiente a situações de conflito e de crise em África”.
2. O Artigo 12 do Protocolo que prevê o estabelecimento de um Sistema Continental de Alerta Prévio (SCAP), a fim de facilitar a antecipação e a prevenção de conflitos em África. Tal como estipulado no Artigo 12 (2) do Protocolo, o SCAP consiste em:
 - i. um centro de observação e monitorização, conhecido como “a Sala de Operações” , localizado na Divisão de Gestão de Conflitos da Comissão da União Africana e responsável pela recolha e análise de dados; e
 - ii. as unidades de observação e monitorização dos Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (doravante referidos como Mecanismos Regionais), que estão ligados directamente, através de meios de comunicação apropriados, à Sala de Operações e que recolhem e processam dados aos seus respectivos níveis, para subsequente transmissão à Sala de Operações.
3. Por outro lado, o Artigo 12(3) do Protocolo convida a Comissão a colaborar com as Nações Unidas e suas agências, outras organizações internacionais, centros de investigação, instituições académicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) pertinentes, a fim de facilitar o efectivo funcionamento do SCAP, enquanto que o Artigo 12 (4) insta para o desenvolvimento de um módulo de alerta prévio, com base em indicadores políticos, económicos, sociais, militares e humanitários claramente definidos e aceites, a serem utilizados para a análise dos acontecimentos dentro do Continente e recomendação do melhor curso de acção a seguir. Por último, o Artigo 12 (7) estipula que o Presidente da Comissão, em consulta com os Estados Membros, os Mecanismos Regionais, as Nações Unidas e outras instituições relevantes, deve elaborar as modalidades práticas para o estabelecimento do SCAP e adoptar todas as medidas necessárias para o seu efectivo funcionamento.
4. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, durante a sua sessão realizada em Maputo, em Julho de 2003, adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec.16 (ii)

sobre a Operacionalização do Protocolo do CPS, convidando a Comissão, entre outros aspectos, a tomar as medidas necessárias para o estabelecimento do SCAP. Foi em cumprimento dessa decisão que a Comissão organizou um workshop sobre o estabelecimento do SCAP, em Adis Abeba, nos dias 30 e 31 de Outubro de 2003.

5. Com base nas recomendações do referido workshop, a Comissão desenvolveu, em Julho de 2005, um projecto de Roteiro para a operacionalização do SCAP. O Roteiro tem como finalidade propor um SCAP operacional e económico no contexto das obrigações estipuladas no Protocolo do CPS, bem como as medidas chave associadas e os requisitos necessários para a implementação do sistema de alerta prévio.

6. Para fazer um balanço das iniciativas tomadas aos níveis regional e continental, a Comissão organizou, de 25 a 27 de Abril de 2006, um workshop consultivo sobre o alerta prévio, que incluiu participantes das CERs e das agências das Nações Unidas.

7. A 57ª reunião do CPS, realizada a 21 de Junho de 2006, reviu o estado de implementação da arquitectura de paz e segurança continental. Nessa ocasião, o CPS solicitou a Comissão que acelerasse o processo de implementação total da arquitectura de paz e segurança do continente, incluindo o SCAP.

8. É neste contexto que a Comissão organizou, em Kempton Park, na África do Sul, de 17 a 19 de Dezembro de 2006, uma reunião de peritos governamentais sobre o alerta prévio e a prevenção de conflitos, que congregou especialistas de cinquenta (50) Estados-membros da UA e Representantes Permanentes residentes em Adis Abeba, assim como participantes das CERs. Os Centros de Pesquisa Africanos, as Instituições Académica, as ONGs e várias organizações internacionais, também estiveram presentes na reunião, na qualidade de observadores.

9. A reunião, que foi inaugurada pelo sr. Ronnie Kasrils, Ministro da Segurança da República da África do Sul, na presença do Embaixador Said Djinnit, Comissário para a Paz e Segurança da União Africana, tinha os seguintes objectivos

- (i) avaliar o progresso feito até agora no decurso das actividades para a operacionalização do SCAP e as dificuldades encontradas nesse processo;
- (ii) analisar as experiências internacionais no domínio das actividades do alerta prévio e a sua relevância para os esforços de África para a operacionalização do SCAP;
- (iii) concordar nas medidas chave que deverão ser tomadas para a operacionalização do SCAP;
- (iv) adoptar um Roteiro que defina claramente os passos a serem dados para a operacionalização do SCAP e o papel de cada actor, bem como o calendário de implementação.

10. A reunião adoptou um Quadro para a operacionalização do SCAP, recomendando uma série de medidas a serem tomadas com vista a estabelecer um sistema de alerta prévio eficiente e efectivo. Uma cópia desse quadro é anexada ao presente relatório para a apreciação e aprovação do Conselho.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.:(251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org, oau-ews@ethionet.et

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/300 (X)
Anexo

QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE
ALERTA PRÉVIO CONTINENTAL

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.:(251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org, oau-ews@ethionet.et

**REUNIÃO DE PERITOS GOVERNAMENTAIS
SOBRE O ALERTA PRÉVIO E A PREVENÇÃO
DE CONFLITOS**

17 – 19 de Dezembro de 2006

Kempton Park, África do Sul

PSD/EW/EXP/DARFT/COMM. (I)

**QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE ALERTA
PRÉVIO CONTINENTAL**

QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO CONTINENTAL

1. No quadro dos esforços para a operacionalização do Sistema de Alerta Prévio Continental (SAPC), previsto no Artigo 12º do Protocolo relativo ao estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS), uma reunião de peritos governamentais sobre o alerta prévio e a prevenção de conflitos, que congregou os Estados Membros da UA e os representantes da CÉR, nomeadamente a Comunidade Económica dos Estados do Sael e Saara (CEN-SAD), o Mercado Comum dos Estados da África Central (COMESA), a Comunidade dos Estados da África Oriental (CEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Autoridade inter-governamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), teve lugar em Kempton Park, África do Sul, de 17 a 19 de Dezembro de 2006. A reunião contou também com a participação de representantes de centros de pesquisa africanos, instituições académicas, ONGs, assim como de organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas, na qualidade de observadores. Essa reunião realizou-se em seguimento da decisão do CPS tomada durante a sua 57ª sessão, realizada em Adis Abeba, a 21 de Junho de 2006, que solicitou a Comissão que acelerasse o processo de operacionalização da arquitectura de paz e segurança continental, incluindo o SAPC.

2. A reunião, que foi inaugurada por S.E. o Sr. Ronnie Kasrils, o Ministro dos Serviços de Segurança da República da África do Sul, na presença do Comissário da UA para a Paz e Segurança, Embaixador Said Djinnit, teve os seguintes objectivos:

- Fazer um balanço do progresso realizado até agora no processo de estabelecimento do SCAP e das dificuldades encontradas;
- Analisar as experiências internacionais sobre o Alerta Prévio e a sua importância para os esforços de África, que vão no sentido da operacionalização total da SCAP;
- Acordar nas medidas chave que têm de ser tomadas para a operacionalização total do SCAP, incluindo (i) a recolha de dados; (ii) a análise estratégica dos dados recolhidos, através de um módulo de indicadores apropriados; (iii) os relatórios sobre o Alerta Prévio e o engajamento com os decisores; e (iv) a coordenação e colaboração com os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos e outros parceiros na prevenção e no alerta prévio em África; e
- adoptar um Roteiro que defina claramente as medidas a serem tomadas no sentido da operacionalização do SCAP e o papel de cada actor, bem como o calendário de implementação.

3. Durante o debate geral, os participantes na reunião reconheceram o progresso feito no processo de desenvolvimento da Arquitectura Africana de Paz e Segurança

(AAPS) e notaram um aumento da colaboração estreita entre a UA, os Estados Membros e as CERs sobre o Alerta Prévio e a Prevenção de Conflitos.

4. A reunião reconheceu os esforços da UA e das CERs, no contexto das disposições relevantes do Protocolo do Conselho de Paz e Segurança e de outros instrumentos pertinentes, para o reforço da capacidade de prevenção de conflitos, e saudou igualmente o progresso feito no sentido da operacionalização do SCAP.

5. A reunião felicitou a Comissão da UA pela preparação da documentação necessária em apoio aos seus trabalhos, nomeadamente o projecto de Roteiro para a operacionalização do SCAP, o “Projecto de Proposta de um Módulo de Indicadores e o documento intitulado “a participação da Sociedade Civil na Prevenção de Conflitos em África”: Uma Programa de Acção”, bem como uma série de documentos de base.

a) Sobre o Estado da Operacionalização do SCAP

6. A reunião notou o progresso feito na operacionalização do SCAP, incluindo os dois workshops técnicos sobre o alerta prévio realizados em Adis Abeba, de 30 a 31 de Outubro de 2003 e de 25 a 27 de Abril de 2006, respectivamente. A reunião reconheceu ainda o papel crucial desses workshops ao facilitarem o desenvolvimento de um quadro comum para a implementação do SCAP e apelou para a colaboração contínua de todos os parceiros na operacionalização do SCAP.

7. A reunião foi informada do estado de implementação dos sistemas de alerta prévio na Comissão da UA e nas CERs, assim como do seus esforços de colaboração para acelerar o processo de estabelecimento do SCAP. Neste contexto, a reunião notou a necessidade crescente da capacidade analítica e de prevenção de conflitos no continente e saudou a abordagem adoptada no seio da UA e das CERs, que considera o alerta prévio e a prevenção de conflitos, as operações de apoio à paz e à reconstrução pós-conflito, assim como o desenvolvimento, como questões interdependentes.

8. A reunião notou também que as CERs estavam em diferentes níveis de desenvolvimento dos seus respectivos sistemas de alerta prévio. A este respeito, a reunião sublinhou a necessidade de se acelerar o processo em curso, a nível regional, especialmente naquelas CERs que se encontravam ainda na fase inicial do desenvolvimento dos seus sistemas de alerta prévio, e exortou-as a concluir o processo até o ano de 2008. A reunião saudou igualmente as medidas tomadas no quadro do Fundo de Paz em África (FPA), criado pela União Europeia (UE) a pedido da UA, com vista a reforçar o sistema de alerta prévio e a actividade preventiva das CERs.

b) Sobre os Elementos chave da Operacionalização

9. A Reunião realçou que o propósito do SCAP tem que ser alertar atempadamente sobre a possibilidade de conflitos e ameaças à paz e à segurança, de modo a permitir o desenvolvimento de estratégias de resposta apropriada para prevenir ou resolver os conflitos violentos em África. Por conseguinte, torna-se essencial que o SCAP seja concebido de maneira a satisfazer as necessidades do continente. O SCAP deve ir de encontro as necessidades e todos os esforços devem ser feitos no sentido da

mobilização de recursos. Em particular, a reunião traçou recomendações sobre as seguintes questões:

(i) Recolha, Análise de Dados e Módulo de Indicadores

10. A reunião reconheceu a necessidade de se adoptar uma abordagem pragmática para o alerta prévio, que permita a UA levar a cabo uma diplomacia preventiva no quadro dos princípios pertinentes contidos no Protocolo do CPS. A este respeito, a reunião lembrou que a recolha e a análise de dados pertinentes à prevenção de conflitos violentos é tarefa principal das estruturas competentes da UA, em particular da Divisão da Gestão de Conflitos e da sua Sala de Operações. A reunião reiterou que a recolha e análise de dados devem ser feitas de maneira sistemática, utilizando um quadro específico em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS. A reunião debateu sobre a necessidade de uma relação institucional entre a UA e as CERs, de maneira a assegurar a complementaridade dos seus sistemas de alerta prévio, bem como a possibilidade de incorporar dados dos sistemas alerta prévio existentes, quer sobre conflitos quer sobre outros assuntos.

11. A reunião evocou ainda as disposições relevantes do Protocolo do CPS que apela para a colaboração com as Nações Unidas, as suas agências, outras organizações internacionais pertinentes, os institutos de pesquisa, as instituições académicas e as ONGs. A reunião reconheceu que um funcionamento eficiente do SCAP requer que os dados sejam obtidos de fontes múltiplas, incluindo a UA, as CERs e os Estados Membros, os centros de pesquisa, tal com o Centro Africano de Estudo e Investigação sobre o Terrorismo, as instituições académicas, as ONGs, as mídias, assim como as Nações Unidas e as suas Agências e outras organizações internacionais pertinentes, como prevê o Protocolo do CPS. A reunião sublinhou a necessidade de se garantir a exactidão, a confiança, a transparência e a objectividade, na recolha, análise e interpretação dos dados. Simultaneamente, a reunião observou que a informação sensível deve ser tratada com o requerido nível de confidencialidade e ser transmitida por canais seguros.

12. Os participantes na reunião saudaram o facto de o módulo de indicadores do SCAP estar a ser desenvolvido em conformidade com as disposições pertinentes do Protocolo do CPS, que apela pela existência de um quadro comum de indicadores sobre a situação política, económica, social, militar e humanitária. Eles notaram igualmente que o módulo foi concebido na base de documentos da OUA e da UA, existentes, adoptados pelos Chefes de Estado e de Governo e outros órgãos da UA (incluindo o Acto Constitutivo da União Africana, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, o Documento-Quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento em África (NEPAD), o Processo da Conferência sobre a Segurança, a Estabilidade, o Desenvolvimento e a Cooperação em África (CSEDCA), a Política Africana Comum de Defesa e Segurança, o Pacto de Defesa Comum e de Não Agressão, e outros instrumentos relevantes da UA, tendo em conta as melhores práticas e as lições aprendidas em matéria de prevenção, gestão e resolução de conflitos em África.

13. A reunião solicitou que o módulo de indicadores e a sua análise posterior, bem como as opções de resposta tenham em conta a questão do género, de acordo com a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África, o Protocolo anexo à Carta

dos Direitos do Homem e dos Povos relativo ao Direitos da Mulher e a Resolução 1325 (2000) do Conselho de segurança da ONU. Os participantes recomendaram também que os indicadores genéricos fossem agrupados de acordo com as categorias previstas no artigo 12 (4) do Protocolo do CPS e que as outras categorias, tais como os indicadores relativos ao meio- ambiente, sejam analisados quando forem relevantes à prevenção de conflitos.

14. Os participantes observaram que, embora a recolha e análise de informação deva centrar-se principalmente nas ameaças reais de violência e na perda de vidas, o módulo de indicadores deve também focar nas causa principais de conflitos.

15. A reunião salientou que o alerta prévio requer uma monitorização contínua, não apenas para prevenir a emergência de conflitos, mas também para alertar sobre a escalada ou o ressurgimento de conflitos. A reunião acrescentou que as opções políticas só podem ser concebidas com base na análise estratégica das tendências e dinâmicas e na sua importância num contexto específico. A reunião reconheceu que o módulo de indicadores, embora não seja abrangente ou exaustivo, pode ser adaptado às situações específicas de conflito, para as quais se podem desenvolver mecanismos de acompanhamento fácil. A reunião recomendou a adopção de uma abordagem realista, que tenha em atenção, a breve trecho, um número reduzido de casos, nomeadamente: (i) situações que se poderão tornar em conflitos violentos num futuro próximo; (ii) situações de crise ou de conflito; e (iii) situações de pós-conflito.

16. Os participantes realçaram a importância de se garantir que os funcionários responsáveis pelas actividades do sistema do alerta prévio (recolha, verificação e análise de dados, bem como a provisão de opções políticas), tenham a capacidade analítica, o conhecimento técnico e a experiência requeridas. Os participantes reconheceram que a gestão eficiente de dados e da informação passa pela recolha, compilação e existência de sistemas de tratamento e distribuição de dados adequados e, além disso, poderá também ser necessário um certo nível de automação à luz da complexidade envolvida no tratamento de volumes consideráveis de informação. A reunião concordou que devem ser feitos todos os esforços, com vista a reforçar essas capacidades relevantes (humana, financeira e técnica) na UA e nas CERs, de maneira a garantir o funcionamento eficaz do SCAP.

(ii) Sobre a Acção Atempada e o Engajamento com os Decisores

17. O verdadeiro teste do SCAP será provar que tem capacidade de fazer análises atempadas e de proporcionar opções de resposta eficaz - a ligação inextricável à acção rápida é o princípio fundamental da existência dum sistema eficiente de alerta prévio.

18. Consequentemente, há necessidade de se conceber um SCAP capaz de satisfazer os requisitos e as necessidades específicas dos seus utentes e dos decisores, em particular do Presidente da Comissão e do Presidente do CPS, assim como de outros órgãos e estruturas tais como o Painel dos Sábios, o Parlamento Pan-africano e a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Além disso, e face à grande rede de actores envolvidos e a gama de informação que tem de ser comunicada, a reunião manifestou a necessidade de se garantir a apresentação de relatórios apropriados às diferentes categorias de decisores da UA.

19. Neste contexto, torna-se importante a assegurar a qualidade (a compreensibilidade, a exactidão, a confiança e relevância), a eficiência (factor tempo), a objectividade e diversidade e também o formato apropriado na apresentação da análise e as opções de resposta por parte do SCAP. A reunião reconheceu que a implementação total do SCAP vai permitir melhorar a qualidade dos produtos existentes e o desenvolvimento de outros novos, tais como Relatórios do Alerta Prévio, que será objecto de consultas apropriadas entre a Comissão e o país(es) interessado(s), aprendendo com as experiências do Mecanismo de Avaliação dos Pares da NEPAD.

20. A reunião observou que o desenvolvimento de formas de envolvimento de todos os decisores constitui uma prioridade e endossou plenamente as recomendações contidas no Roteiro para a operacionalização do SCAP neste contexto. Essas formas são, entre outras, a apresentação de relatórios regulares do Presidente ao CPS sobre a situação geral de paz e segurança nas cinco regiões de África, com uma forte componente do alerta prévio, a inclusão, onde for apropriado, de secções centradas na actividade de alerta prévio nos relatórios regulares do Presidente ao CPS, o reforço dos relatórios bienais do Presidente do CPS para a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sobre a situação de paz e segurança em África. A reunião concordou com a ideia de que esses relatórios devem propor as opções de resposta, incluindo a diplomacia preventiva, as sanções apropriadas e a intervenção, se for necessária, em conformidade com o disposto no Acto Constitutivo. Neste contexto, a reunião convidou as CERs/Regiões a acelerarem o processo de operacionalização da suas brigadas de intervenção rápida.

21. A reunião observou que a operacionalização completa do SCAP reforçaria o envolvimento do Parlamento Pan-africano e da Comissão dos Direitos do Homem e dos Povos com o Presidente da Comissão e do CPS no processo de prevenção de conflitos, tal como prevê o Protocolo do CPS. A reunião sublinhou a necessidade desses órgãos intervirem regularmente nas sessões do CPS.

22. A reunião destacou o papel importante que o Painel dos Sábios deve desempenhar na prevenção de conflitos. Neste âmbito, a reunião insta o Presidente da Comissão a acelerar o processo de operacionalização do Painel.

(iii) Sobre a Coordenação e Colaboração

23. Os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos são uma parte importante de toda a arquitectura de paz e segurança da UA. Portanto, a sincronização, coordenação, colaboração e harmonização entre a UA e as CERs são essenciais para o funcionamento eficiente do SCAP. A reunião notou o progresso feito pela UA e as CERs na coordenação das suas actividades e na colaboração no âmbito das questões de paz e segurança em África.

24. À luz dos diferentes níveis de desenvolvimento e implementação dos sistemas regionais de alerta prévio, há necessidade de se apoiar as CERs, através da assistência financeira e técnica, de maneira a facilitar o desenvolvimento dos seus respectivos sistemas. Isto é especialmente importante face à exigência do Protocolo do CPS de que as unidades de observação e monitorização do Mecanismo Regional

devem estar ligadas directamente à Sala das Operações da UA, através de meios de apropriados de comunicação, para efeitos de transmissão de dados, de informação e dos resultados das análises.

25. A reunião endossou as várias recomendações contidas no Roteiro no sentido do fortalecimento das relações entre a UA e as CERs, incluindo: um sistema de intercâmbio de informação e o estabelecimento de um website seguro para este fim; a convocação de reuniões periódicas sobre o alerta prévio; as trocas de experiências; a formação conjunta e acções de reforço da capacidade; a participação sistemática das CERs e de outros mecanismos regionais relevantes nos debates sobre questões apresentadas ao CPS e do seu interesse; o estabelecimento de gabinetes de ligação; e o início das actividades conjuntas no domínio do alerta prévio e da prevenção de conflitos, tão logo quanto possível. A reunião recomendou ainda que se estabeleçam directrizes e normas, em consulta com os mecanismos regionais, que permitam a harmonização dos sistemas a curto prazo e aumentem as sinergias e a complementaridade.

26. A reunião apelou para a conclusão rápida do Memorando de Entendimento entre a UA e as CERs nas áreas da prevenção, gestão e resolução de conflitos, que ajudará a harmonizar as relações e a estabelecer um quadro para o fluxo normal da informação.

27. A reunião também acolheu com agrado a recomendação contida no Roteiro, que visa reforçar a cooperação e dar continuidade a interacção com as Nações Unidas e as suas agências, e, em particular, o Conselho de Segurança e o Gabinete do Secretário Geral. As recomendações sobre a troca de informações, a realização de reuniões periódicas e as consultas sobre a paz e segurança, bem como a possibilidade das organizações do sistema da ONU intervirem regularmente nas sessões do CPS foram consideradas como cruciais. A reunião saudou igualmente as recomendações relativas à colaboração com outras organizações internacionais relevantes.

28. A reunião realçou a importância do envolvimento e da estreita colaboração com as Organizações da Sociedade Civil, incluindo as organizações comunitárias, as organizações femininas e as juvenis, as Instituições Académicas e os Grupos de Reflexão e centros de pesquisa, cuja participação activa no fornecimento de informações relevantes, na formulação de recomendações para o desenvolvimento de opções políticas específicas e na sua intervenção nos vários órgãos da UA, particularmente nas sessões do CPS, assim como na contribuição, onde for aplicado, para a resposta rápida, devido a sua proximidade e/ou presença nas áreas afectadas, é essencial para garantir o funcionamento eficaz do SCAP, como prevê o Protocolo do CPS. A este respeito, a reunião acolheu com agrado a proposta da Comissão de um mecanismo de acreditação para as OSC e actores relevantes do sector privado, especialmente ligados aos objectivos do SCAP e transparentes.

29. A reunião sublinhou a importância do Comité dos Serviços de Segurança e Inteligência de África (CISSA) ao complementar o SCAP, particularmente no que diz respeito ao processo de recolha e de verificação de dados.

c) O Caminho a Seguir

30. A reunião solicitou a Comissão e as CERs que, em colaboração com os actores identificados no Protocolo do SCAP, tomassem todas as medidas necessárias para implementar todas as observações e recomendações acima mencionadas, num período de três anos, a fim de garantir que, em 2009, o SCAP esteja a funcionar em pleno. A este respeito, a reunião solicitou a Comissão que submetesse regularmente relatórios sobre o progresso feito e os desafios enfrentados aos órgãos competentes da UA (o CPS, o Conselho Executivo e a Conferência).

31. A reunião instou a todos os Estados-membros a “cooperarem totalmente com o CPS e a facilitarem as suas operações de prevenção, gestão e resolução de crises e de conflitos”, de acordo com o artigo 7 (4) do Protocolo do CPS.

32. A reunião instou uma vez mais os Estados-membros, assim como os parceiros da UA, a concederem toda a assistência necessária, com vista a facilitar a operacionalização atempada do SCAP.

33. A reunião recomendou que a Comissão da UA realizasse uma outra reunião de peritos governamentais, dentro de dois anos, com a finalidade de rever o progresso feito e traçar o melhor caminho a seguir

Kempton Park, África do Sul, 19 de Dezembro de 2006

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report of the meeting of governmental experts on early warning and conflict prevention

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4435>

Downloaded from African Union Common Repository